MODELO DE PETIÇÃO

CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de ...

(nome, qualificação e endereço), por seu advogado *in fine* assinado, *ut* instrumento de procuração em anexo (doc. n. ...), com esteio nos dispositivos da Lei n. 12.016 de 07-08-2009, vem, respeitosamente, impetrar o presente MANDADO DE SEGURANÇA contra ato do ilustre SECRETÁRIO DA SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ..., pelas razões de fato e direito adiante articuladas:

1. O impetrante participou do concurso público de provas e títulos para o cargo de ..., no qual obteve o 2o lugar dentre os demais concorrentes, conforme edital do resultado em apenso (doc. n. ...).

2. Abriram-se as 5 (cinco) vagas para o cargo de ... que foram preenchidos pelos senhores ... que tiveram colocação inferior ao impetrante, chamados que foram pela digna autoridade coatora, desobedecendo, assim, a ordem de classificação do concurso.

3. Destarte, sem resquício de dúvida, houve por parte do Município flagrante e inarredável violação à Constituição Federal, e ao direito líquido e certo do impetrante, que assegura aos aprovados em concurso público o ingresso nos cargos, em obediência à ordem de classificação.

4. ***Ex positis***, o impetrante requer:

a) seja CONCEDIDO O PRESENTE *WRIT* PARA FINS DE SUSPENDER O ATO IMPUGNADO DE NOMEAÇÃO DAS PESSOAS ACIMA INDIGITADAS QUE TIVERAM COLOCAÇÃO INFERIOR AO REQUERENTE, E, VIA DE CONSEQUÊNCIA, DETERMINANDO A INCLUSÃO DO NOME DO IMPETRANTE NO QUADRO DOS CHAMADOS ATÉ A SUA CLASSIFICAÇÃO;

b) seja notificada a autoridade coatora, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei n.12.016/09[[1]](#footnote-2);

c) a intimação do ilustre Representante do Ministério Público;

d) a produção de provas documental, testemunhal, pericial, e, especialmente, o depoimento pessoal do representante legal do réu, sob pena de confissão.

Valor da causa: R$ ... (...)

Pede Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. **Art. 7º.** Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: **I** - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações;(...) [↑](#footnote-ref-2)